

# ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE

Daniele Lopes Oliveira <sup>1</sup>

**RESUMO:** A sustentabilidade é um desafio que se apresenta atualmente, tanto na sua conceituação, como para sua execução a sustentabilidade é um conceito vasto e ambíguo e um fenômeno que necessita de ser estudado e aprofundado, por meio deste trabalho estudaremos a sustentabilidade e a economia e as relações que se derivam dessas duas modalidades.

**Palavras-chave:** sustentabilidade, economia, desenvolvimento, social e meio ambiente.

**ABSTRACT:** The sustainability is a challenge that comes now, so much in your conceituação, as for your execution the sustentabilidade is a vast and ambiguous concept and a phenomenon that it needs to be studied and deepened, through this work we will study the sustentabilidade and the economy and the relationships that are derived of those two modalities.

**key words:** sustentabilidade, economy, development, social and environment.

## INTRODUÇÃO

A sustentabilidade é um desafio que se apresenta atualmente, tanto na sua conceituação, como para sua execução a sustentabilidade é um conceito vasto e ambíguo e um fenômeno que necessita de ser estudado e aprofundado.

De acordo com Myrdal (1978), a economia é sempre economia política na medida em que todo ser humano pensa e age a partir de uma escala de valores. Uma economia política de sustentabilidade pode ser entendida como um problema de distribuição intertemporal de recursos naturais finitos, o que pressupõe a definição de limites para o seu uso em escala comercial. Podemos observar que os recursos são escassos e de acordo com Moura (2003), as empresas dependem fundamentalmente

do meio ambiente, como fonte de matérias primas e como receptáculo de seus resíduos. Queremos salientar que existe atualmente uma má utilização e exploração desses recursos.

Coutinho e Ferraz (1994) defenderam que as empresas que tratam com descaso seus problemas ambientais tendem a incorrer em custos mais elevados com multas, sanções legais, além da perda de competitividade de seus produtos em um mercado cujos consumidores valorizam, cada vez, mais, a qualidade de vida e, conseqüentemente, produtos e processos produtivos em harmonia com o meio ambiente.

O paradigma técnico-industrial emergente tem mostrado que as inovações tecnológicas transversais oriundas de outros setores como aquelas das tecnologias de informação e comunicação e mesmo biotecnologia provocaram impactos profundos nas estruturas

<sup>1</sup>Daniele Lopes Oliveira Mestre em Ecologia e Produção Sustentável-UCG, Graduada em Direito-UCG, especialista em Docência Superior-Faculdade Lions e Professora da Faculdade Delta (danielelopes\_oliveira@hotmail.com). UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável. Campus II, Cx Postal 86. Av. Engler, Setor Jardim Mariliza, CEP: 74.605-010. Goiânia, Goiás. Brasil. (meps@ucg.br).

produtivas exigindo novas formas de organização da produção agroindustrial (BACKER, 1995). Para Brandão (1999) o conceito de sustentabilidade está ligado ao uso racional dos recursos, evitando-se desperdícios adotando-se processos de recuperação, reciclagens de materiais e o uso e desenvolvimento de novas tecnologias, procurando substitutos mais eficientes para os materiais esgotáveis e melhor aproveitamento dos insumos e o uso de novas fontes de energia e novos procedimentos que tratem os resíduos a ser descartado, como lixo biodegradável, diminuindo o impacto ambiental.

A variável econômica está sempre presente nessa interação, pois a implantação de novas leis as denúncias e pressões de consumidores ou a própria consciência dos empresários constituem-se em fatores que forçam uma nova postura e novas regras de conduta no tocante as atividades industriais, com repercussão sobre os custos de produção (MAY PETER, 1994). Para Romeiro (1996) existe uma velocidade muito grande de lançamento de novos produtos, com o público consumidor muito ávido por novidades. O consumidor está passando a valorizar mais a empresa fabricante e não apenas a marca do produto, ressaltando o comportamento ético da empresa e o desempenho ambiental. A busca na melhoria do desempenho ambiental vai desde o projeto até a seleção de sistemas e equipamentos e sua instalação e operação. De acordo com Ridell e Barbosa (2003) o crescimento econômico somente pode ser feito dentro da visão de desenvolvimento sustentável, ou seja, manter indefinidamente a disponibilidade de um determinado recurso.

## SUSTENTABILIDADE

O conceito de desenvolvimento sustentável é amplo e ambíguo “A humanidade tem a habilidade para fazer o desenvolvimento que satisfaça as necessidades do presente sem comprometer as condições, das futuras gerações para satisfazer as suas próprias necessidades”. Esta maleabilidade permite o incremento de programas de ambiente e desenvolvimento: locais, globais, institucionais, governamentais, sociedade civil, negócios e industriais para projetos sobre as prerrogativas do desenvolvimento sustentável (KATES, 2001).

De acordo com o relatório de Brundtland o meio ambiente não existe como uma esfera separada das ações humanas, ambições e necessidades. Ambiente é onde nós vivemos é desenvolvimento é o que todos nos fazemos tentando melhorar o nosso domicílio. Os dois são inseparáveis. A Conferência das Nações Unidas em Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) no Rio de Janeiro em 1992 emitiu uma declaração detalhada de ações desejadas, acordos internacionais em mudança de clima e biodiversidade e florestas. Em 2002 em Johannesburg, África do Sul foi reafirmado o compromisso para desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável como um conceito, uma meta e uma expansão de movimento rapidamente e é agora a missão central de incontáveis organizações internacionais, instituições nacionais, empreendimentos incorporações, cidades e sustentabilidade local (KATES, 2001).

A Comissão de Brundtland

declarou em relatório que as necessidades humanas são básicas e essenciais envolve crescimento, mas também patrimônio líquido para compartilhar recursos com o pobre. O patrimônio líquido é encorajado através da participação efetiva. O conceito de desenvolvimento sustentável apresenta limites, não limites absolutos, mas limitações impostas pelo estado presente de tecnologia e organização social em recursos ambientais e pela habilidade da biosfera para absorver os efeitos de atividades humanas. Nos anos que seguem o relatório da Comissão de Brundtland, a ambigüidade criativa da definição padrão, enquanto permitindo uma gama de grupos discrepantes para ajuntar debaixo do tema de desenvolvimento sustentável. Comissão de Desenvolvimento Sustentável dos EUA em seu relatório, a comissão buscou sustentar e desenvolver. O que será sustentado, a comissão identificou bem três categorias, natureza (principal), sistemas de suporte a vida (intermediário) e Terra, ambiente e culturas (KATES, 2001).

Em contraste, a literatura de desenvolvimento sustentável avaliou a pobreza para seu valor intrínseco em lugar de sua utilidade para seres humanos. Também havia paralelos que exigem sustentar diversidade cultural, grupos, lugares, comunidades. Semelhante haveria três idéias bastante distintas sobre o que deveria ser desenvolvido: pessoas, economia e sociedade. Mais recentemente trocou a atenção do desenvolvimento humano, inclusive uma ênfase em valores e metas, como probabilidade de maior expectativa de vida, educação, patrimônio líquidos e oportunidade. Final-

mente a comissão em Desenvolvimento Sustentável também identificou chamadas para desenvolver sociedade que enfatizou os valores de segurança e bem-estar de estados nacionais, regiões e instituições como também o capital social de relações comunitárias. Em 2002 o ápice mundial em desenvolvimento sustentável marcou uma expansão adicional da definição padrão como os três pilares extensamente usados de desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental. A declaração de Johannesburg criou “uma responsabilidade coletiva para avançar e fortalecer e reforçar os pilares mútuos de desenvolvimento econômico sustentável, social e proteção ambiental a níveis locais, nacionais regionais e globais” (KATES 2001).

Nova Iorque, nas Nações Unidas em 2000, a Assembléia Geral da ONU adotou 60 metas relativas à paz, desenvolvimento, meio ambiente, direitos humanos, fome e pobreza. Em 1995 a Comissão em desenvolvimento Sustentável dos EUA buscou fazer o desenvolvimento sustentável mais significativa e contribuições. Grande Transição do Grupo de Esboço Global. Conclui que uma transição de sustentabilidade é possível sem uma revolução social ou um milagre tecnológico. A chave para tal futuro é a rejeição de consumo material. Apesar da ambigüidade do desenvolvimento sustentável, os esforços mais sérios para definir os indicadores. Iniciativas globais, nacionais e locais. Duas observações principais emergem. A primeira é a lista extraordinariamente larga de artigos sustentáveis a ser desenvolvidos. Isto reflete a maleabilidade do de-

envolvimento sustentável como também as políticas internas dos esforços de medir. A Comissão da ONU em desenvolvimento sustentável usa alguns indicadores de desenvolvimento humanos definidos em termos de uma única geração (25 anos), o grupo de Enredo Global quantifica suas metas por duas gerações. A Pegada Ecológica discute que a terra não pode ser sustentada por muito tempo. Valores como desenvolvimento sustentável tem muitos significados. Eles invocam sentimentos definem metas, molda atitudes e prove padrões para os indicadores. Como tal sobrepõem metas de sustentabilidade e indicadores. Valores como: Liberdade, Igualdade, Solidariedade, Tolerância, Respeito à Natureza e Responsabilidade Compartilhada. A prática inclui os muitos esforços para estabelecer metas criando indicadores e afirmando valores. O desenvolvimento sustentável pode ser visto como um movimento social, um grupo de pessoas com uma ideologia comum que tenta alcançar certas metas gerais. Buscar expandir o conhecimento energias e atividades de corporações para melhor servir a natureza e sociedade (KATES 2001).

Além dos esforços governamentais, o desenvolvimento sustentável emergiu nos organogramas de negócios, consultores e expoentes de investimento.

Busca aumentar a contribuição de conhecimento e desenvolvimento sustentável ao redor do mundo. O conceito de desenvolvimento sustentável tenta juntar aspirações de desenvolvimento com a necessidade de preservar os sistemas básicos de suporte a vida do planeta.

Os desafios concretos de de-

envolvimento sustentável são pelo menos heterogêneos e complexos quanto à diversidade de sociedades humanas e ecossistemas naturais ao redor do mundo. Com um conceito maleável permite permanecer aberto, dinâmico e evoluindo idéias que podem se adaptar para ajustar essas situações muito diferentes e contextos por espaço e limpo. Também a níveis múltiplos de local par global, setores de atividade e em instituições de governo, negócios e sociedade civil redefinir e reinterpretar seu significado para ajustar a sua própria situação Assim o conceito de sustentabilidade foi adaptado para endereçar desafios muito diferentes, enquanto variando do planejamento de cidades sustentáveis, a agricultura sustentável, pesca sustentável e os esforços para desenvolver padrões comuns. No entanto uma parte vital da evolução consciente de desenvolvimento sustentável, um conceito que no fim representa esforços globais para imaginar e ordenar uma visão positiva de um mundo no qual são satisfeitos necessidades humanas básicas sem destruir ou degradar os sistemas naturais. Os desafios concretos de desenvolvimento sustentável são pelo menos tão heterogêneos e complexos quando a diversidade de sociedades humanas e ecossistemas naturais ao redor do mundo (KATES 2001).

Trappmair (1998) afirmou que a sustentabilidade envolve a idéia de manutenção dos estoques da natureza, ou a garantia de sua reposição por processos naturais ou artificiais, ou seja, tem que se estar atento à capacidade regenerativa da natureza e ao aperfeiçoamento das tecnologias extrativistas, pois estima-se que a humanidade

esteja ultrapassando 20% dessa capacidade de sustentabilidade é do uso racional dos recursos. Para Machado (2003) o desenvolvimento sustentável engloba o desenvolvimento social, o econômico, o ambiental, político e tecnológico. De acordo com Reis (1995) um gerenciamento, com responsabilidade ambiental consegue conciliar as necessidades de crescimento econômico com os requisitos de melhor qualidade de vida.

Precisamos ter o apoio de políticas governamentais que incentivem a produção sustentável privilegiando empresas ético-biológicas que não são poluentes utilizando instrumentos econômicos (taxas, impostos, bloqueios, multas e sanções) a certos produtos e serviços forçando uma mudança no mercado, de forma que os preços reflitam os prejuízos que certos materiais causam ao meio ambiente em detrimento dos produtos ecologicamente corretos não poluentes e renováveis. A convenção sobre diversidade biológica afirmou que os Estados são responsáveis pela conservação de sua biodiversidade e pelo uso sustentável de seus recursos ambientais (SOARES, 2002). Quanto ao desenvolvimento sócio econômico, existe uma busca por alternativas que minimizem os impactos negativos da atividade produtiva a fim de motivar o setor industrial a investir em soluções, que também se reflitam na economia e na melhoria da competitividade (ÁLVARO, 2002). Para Araújo (2002) a adoção de estratégias de prevenção é apresentada como a alternativa mais adequada, porém importantes práticas institucionalizadas devem ser modificadas, assim como muitos paradigmas

consolidados devem se substituídos. A avaliação ambiental segundo Abuguerque (1992) torna-se cada vez mais valiosa e importante, pois fornece bases para a formulação de políticas, planos e projetos que permitam o manejo dos riscos e impactos das atividades produtivas aumentando a eco eficiência da organização.

Carneiro (1993) especialistas em desenvolvimento sustentável pleitearam que o Brasil deixe de ser um simples exportador de matéria-prima e se converta num porta-voz de uma nova economia mundial, baseada no uso sustentável dos seus recursos naturais, agregando valor e compartilhando riquezas em todos os níveis do processo produtivo. Muitos produtos utilizados pela sociedade contemporânea são fonte da biodiversidade brasileira, como alimentos, fibras, produtos farmacêuticos, químicos, óleos naturais essenciais, entre outros, além de ser a principal fonte de informação para o desenvolvimento da biotecnologia (FERNANDES, 1979).

Estudos de Almeida e Ribeiro (1999) apontaram que, diversas espécies de plantas de importância econômica mundial são originárias do Brasil. De acordo com Silva (1999), há uma grande procura internacional pelos produtos da biodiversidade brasileira. A região Centro-Oeste abriga entre 15% e 20% de todas as espécies vegetais, animais e microorganismos do mundo, menos de 1% das espécies nativas foram pesquisadas geneticamente Sparenberger (1998). A escala atual das atividades humanas independentemente das atividades respeitarem ou não as regras ecológicas básicas, levanta o problema do limite da

capacidade de suporte do planeta. Nesse sentido buscamos enfatizar a necessidade de não apenas buscar uma melhor eficiência na utilização dos recursos naturais, reduzindo drasticamente ou eliminando a poluição como também a necessidade de estabilizar os níveis de consumo dos recursos naturais per capita dentro dos limites da capacidade de suporte do planeta.

## ECONOMIA

A economia atual baseia-se na dinâmica capitalista de acumulação, marcada pela criação através do marketing da criação incessante de novas necessidades de consumo. Com a Revolução industrial a capacidade humana de intervenção na natureza deu um salto e continuou a aumentar até hoje. Além dos desequilíbrios ambientais decorrentes dessa capacidade de intervenção o uso intensivo de grandes reservas de combustíveis fósseis abriu caminho para uma expansão inédita do consumo em escala e de atividades que pressionam a base dos recursos naturais. Assim a capacidade de carga do planeta está no limite. Como afirmou Romeiro (2001), é preciso criar o quanto antes às condições socioeconômicas, institucionais e culturais que estimulem não apenas o rápido progresso tecnológico poupador de recursos naturais, como também uma mudança nos padrões de consumo.

Contrariando a lógica capitalista teríamos que passar da “civilização do ter” para “civilização do ser” Romeiro (2001). Dentro da economia há duas principais correntes teóricas que tratam dos problemas de sustentabilidade: a economia ambiental (neoclássica)

e a economia ecológica. A economia Ambiental considera que os recursos naturais não representam a longo prazo. As teorias clássicas do desenvolvimento econômico, foram elaboradas principalmente nas décadas de 1950 e 1960, são teorias conflitantes entre si dentro de uma ótica ecológica e capitalista, a teoria Ricardiana de David Ricardo, é a busca do equilíbrio da economia com elevado grau de desenvolvimento porém estagnada, esta teoria faz uma crítica ecológica. Na teoria de Schumpeter a evolução do capitalismo se dá através dos desequilíbrios, nessa teoria não há nada relacionado a degradação ambiental, a natureza é encarada como fonte de matéria prima, o limite ecológico refere-se ao bloqueio final, ao desenvolvimento econômico na medida em que se esgotam reservas capazes de serem exploradas, agora a teoria Marxista se contrapõe as demais teorias faz crítica ao sistema e busca formas de supera-lo a economia avança devido a evolução tecnológica e há uma desconsideração para com o meio ambiente. A inclusão da problemática ambiental nas teorias econômicas, a degradação ocorreu principalmente na expansão do capitalismo. A economia global foi formada por forças de mercado e não por princípios de ecologia.

## ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade é um desafio que se apresenta atualmente, tanto na sua conceituação, como para sua execução, a sustentabilidade é um conceito vasto e ambíguo e um fenômeno que necessita de ser estudado e aprofundado. A

sustentabilidade e a economia e as relações que se derivam dessas duas modalidades.

Para Montibeller (2004, p. 60):

*O crescimento das atividades econômicas e da população, nos níveis e padrões de consumo atuais, tende a degradar e destruir o meio ambiente e os recursos naturais, levando, no futuro, a um estrangulamento das possibilidades de desenvolvimento e a um comprometimento da qualidade de vida da população.*

Assim está o caso do desmatamento da Amazônia, de entrada parecia um ótimo negócio econômico, mas com o passar de alguns anos veio a resposta do que parecia rentável, uma grande degradação ambiental naquela área. Os cerrados do Centro-Oeste brasileiro estão ameaçados em decorrência do processo de ocupação de seu solo com produtos voltados para a exportação decorrente do desenvolvimento da região assim descreve Moysés (2007, p. 1):

*A produção de commodities substituiu sua vegetação natural por gramíneas como o da soja, do milho, do sorgo e das pastagens as quais, por não cumprirem a função de retro-alimentadoras dos lençóis freáticos dos Cerrados, provocou o desaparecimento de mais de 300 cursos d'água. Cabe ressaltar dois momentos distintos que marcam a ocupação do Centro-Oeste: 1970-1980 período em que as transformações econômicas impuseram um processo de ocupação perversa do bioma Cerrado, resultante da modernização da produção agropecuária, e década de 1990 quando*

*os efeitos dessa ocupação, associada às transformações ocorridas na produção decorrente da globalização, se manifesta de forma mais contundente provocando um processo de concentração urbana de grandes proporções.*

No mundo em desenvolvimento, vários são os fatores que contribuem para a degradação ambiental: além da industrialização tem que se observar o crescimento populacional, a urbanização acelerada, a poluição, e também há que se notar o esgotamento dos recursos naturais. Aí é que surge nos países industrializados, uma maior pressão social sobre os problemas ambientais, isso devido aos índices de poluição e seus efeitos nocivos à saúde e aos ecossistemas.

As nações devem visar um tipo de desenvolvimento que integre a produção com a conservação e ampliação dos recursos, e que vincule aos objetivos de dar a todos uma base adequada de subsistência e um acesso equitativo aos recursos. O conceito de desenvolvimento sustentável fornece uma estrutura para a integração de políticas ambientais e estratégias de desenvolvimento.

Desenvolver de forma sustentável é controlar o crescimento econômico de forma que não comprometa a biodiversidade local. Detalha Santos (p. 1):

*A partir da segunda metade do século XIX começou-se a perceber em nível planetário a degradação ambiental e suas catastróficas conseqüências, originando estudos e as primeiras reações no sentido de se conseguir formulas e métodos de diminuição dos danos ao ambiente. Resultado*

*disto foram os estudos do Clube de Roma, liderado por Dennis L. Meadows, culminado com a publicação do livro "Limites de crescimento" (The limits to growth), que fez um diagnóstico dos recursos terrestres concluindo que a degradação ambiental é resultado principalmente do descontrolado crescimento populacional e suas conseqüentes exigências sobre os recursos da terra, e que se não houver uma estabilidade populacional, econômica e ecológica os recursos naturais que são limitados serão extintos e com eles a população humana. Estes estudos lançaram subsídios para a idéia de se desenvolver mas preservando.*

Foi proposto pela Comissão que o desenvolvimento econômico fosse integrado à questão ambiental, surgindo assim a forma denominada desenvolvimento sustentável. Quanto às recomendações para um efetivo desenvolvimento sustentável, podemos dizer que o relatório Brundtland apresentou uma lista geral de medidas que os Estados deveriam tomar, que são as seguintes: limitação do crescimento populacional; garantia de alimentação a longo prazo; preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis; aumento da produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas; controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores; as necessidades básicas devem ser satisfeitas.

Podemos elencar recomendações: em nível internacional

(política externa): cooperação e solidariedade internacionais com efetivas ações; criação de um ambiente econômico dinâmico e propício as novas políticas ambientais; apoio recíproco entre comércio e meio ambiente; estimular políticas macroeconômicas mais favoráveis ao meio ambiente. E em nível nacional (política interna): desenvolver uma adequada educação ambiental nas escolas públicas e privadas do país; estabelecer um plano nacional e mesmo internacional de intercâmbio de conhecimentos técnicos específicos na área ambiental; fortalecer as instituições públicas que tem o poder-dever de fiscalizar a preservação do meio ambiente; rever a legislação, adequando-a à nova realidade e aos anseios mundiais de preservação ambiental; desenvolver amplos estudos dos recursos naturais existentes, instituindo parques e reservas ecológicas, conservando e dando meios aos já existentes, fortalecendo suas condições de sustento; estimular os meios de comunicação no sentido de divulgação de matérias ambientais ou correlatas; direcionar o desenvolvimento industrial mediante incentivos fiscais, propiciando a criação de pólos industriais em áreas de menos impacto ambiental possível; desenvolver uma educação sexual adequada aos parâmetros atuais de ocupação demográfica; incentivar práticas agrícolas que preservem o meio ambiente, fornecendo condições especiais de financiamento e escoamento dos produtos, criando simultaneamente órgãos fiscalizadores efetivos e atuantes para a realização dos projetos, evitando assim desvio de finalidade. a utilizar na agricultura do sistema de rodízio de

áreas pré-determinadas, evitando o esgotamento da terra e a desertificação; elaborar planos nacionais de ocupação territorial para as comunidades marginalizadas e carentes, observando as regras básicas de preservação; estudar e refazer a política indigenista para que os "povos da floresta" possam viver em seus ambientes naturais, sem que sejam afetados ou desrespeitados em sua dignidade, bem como respeitada a sua cultura; desenvolver o turismo ecológico com visitas monitoradas às áreas naturais, incentivando a atividade privada na criação de projetos conservacionistas neste sentido; diminuir gradativamente as agressões dos agentes poluidores ao meio ambiente, mediante estudos técnicos e específicos, utilizando a mais modernas tecnologias; incentivar no meio social a criação de sociedades não governamentais de proteção ambiental (ONGs), com incentivos fiscais.

Isso é tentar desenvolver uma sociedade mais saudável e garantida em seu futuro, cabendo a cada um de nós dar sua contribuição para que isso ocorra, já que o futuro da humanidade depende da criação de uma nova sociedade; de uma nova filosofia de vida, sem a qual a raça humana estará fadada a sucumbir.

Agricultura Familiar. E um exemplo de técnica tida como ecologicamente correta e que estaria cumprindo com o desenvolvimento sustentável. A ECO-92 definiu a agricultura familiar como aquela ecologicamente sustentável, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente adaptada, que se desenvolve como um processo, numa condição democrática e participativa.

Economia Solidária. Alter-

nativa que pode superar a lógica capitalista de concentração de riquezas e exclusão social. Ela está associada a ações de consumo, comercialização, produção e serviços em que se defende em graus variados, a participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação e intercooperação, auto-sustentação, a promoção do desenvolvimento humano, responsabilidade social e a preservação do equilíbrio dos ecossistemas.

Praticando consumo solidário. De acordo com Mance (2006, p.):

*O ato de consumo trata-se de um exercício de poder pelo qual efetivamente podemos apoiar a exploração de seres humanos, a destruição progressiva do planeta, a concentração de riquezas e a exclusão social ou contrapor-nos a esse modo lesivo de produção, promovendo, pela prática do consumo solidário, a ampliação das liberdades públicas e privadas, a desconcentração da riqueza e o desenvolvimento ecológica e socialmente sustentável.*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que o desafio da sustentabilidade não tem como ser enfrentado a partir de uma perspectiva teórica que desconsidera as dimensões culturais, éticas no processo de tomada de decisão. É necessário observar a capacidade de intervenção humana na natureza e a noção de limites. Mais do que políticas públicas e leis que resguardem o meio ambiente é necessário em primeira instância solidificar o conceito de sustentabilidade é a partir daí estabelecer regras que devem ser respeitadas por todos os países, afinal este

não é um problema isolado, mas um problema de âmbito mundial.

Contar somente com um setor produtivo eficiente não é mais o suficiente. As estratégias competitivas dependem de viabilizar meios e estratégias para reagir a mudanças no meio ambiente e aproveitar oportunidades de lucro.

É preciso gerir sistemas produtivos dentro da ótica sistêmica que a visão moderna requer, através de uma estratégia ofensiva, que vise à oferta de novos produtos e ainda uma inovação nos procedimentos para melhorar a posição na competição pelo mercado. Inovar significa obter produtos e processos que tragam maior competitividade para a cadeia produtiva.

É evidente a falta de iniciativa e de apoio à preservação do meio ambiente, e a urgência de alternativas para contrapor o desenvolvimento predatório e excludente que se instala. Assim temos que buscar mudar as dinâmicas de mercado, oferecendo produtos diferenciados, substituindo os já escassos, também deve-se barrar o avanço capitalista, consumista que não corresponde a ótica sustentável. Não existe apenas uma solução, mas um conjunto de fatores que apontam o caminho a ser trilhado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUGUERQUE, L. G. Competitividade e recursos humanos. São Paulo: USP, 1992. v 27, n 4. 16-29 P.

ALMEIDA, S.P, RIBEIRO, J.F. Cerrado: Espécies vegetais úteis. Planaltina: EMBRAPA-CPAC – DF, 1998. 464p.

ALVARO, L. V. M. Impacto Ambiental: aspectos da legislação brasileira, ed 2º. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002. 20p.

ANTUNES, P. B. Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 1998. 50 p.

ARAÚJO, Massilom Junior. Fundamentos de Agronegócio. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2002.152 p.

BACKER, L. O. Gestão Ambiental e administração verde. Rio de Janeiro: Quallymark, 1995. 24p.

BARBOSA, E. A. A avaliação de impacto ambiental como instrumento paradigmático da sustentabilidade ambiental no direito brasileiro: Dissertação (mestrado) –Pontificia Universidade Católica do Paraná Curitiba, 2006, 173 f.

BATALHA, M. O. Gestão Agroindustrial. 2 e 3 ed ,1 e 2 v. Brasília: Atlas, 1998. 692 -388 p.

BRANDÃO, H P, GUIMARÃES, T. A. Gestão de competências e gestão de desempenho: tecnologias distintas ou instrumentos de um mesmo construto? In: Anais ENAN RHO, 1999.415p.

CAPORAL, F. R, COSTABERBER, J. A Agroecologia: enfoque científico e estratégico. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. v 3, n 2. Porto Alegre, 2002.13-16p.

CARNEIRO, M. Agricultura familiar e grandes projetos no Maranhão na década de 90: Resultados e perspectivas. Fórum Carajás: São Luís, 1999.

- COUTINHO, L. FERRAZ, J. C. Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira. Campinas, 1994. 22p.
- ESPINDOLA, C. R. UNICAMP. Engenheiro Agrônomo Doutor em Agronomia, FARINA, E.M.M.Q. Competitividade e Coordenação dos Sistemas Agroindustriais. In: SAES, São Paulo: Milkbiss, 1999. 6-36p.
- FERNANDES, A. R., SILVA, C. A B. Projetos de empreendimentos agroindustriais. 1 ed. UFV, 2001. 144p.
- KATES, B. R. W., PARRIS, T. M. LUSERAWITZ, A. A. What is Sustainable development? Goals, Indicators, values, and practica. Environment: 2001.47:8-21.
- LAWSON, T. 1999. Sustainable Development in Brazil. –Social Science 410.
- LOPEZ, F. Sustainable development and institutional failure the case of Ecuador. The Independent :2005. Review 9: 339-351.
- MACHADO, P. A. L. Direito Ambiental Brasileiro. 11.ed. São Paulo: Malheiros, 2003. 87p.
- MAY PETER, H., SERÔA, M., RONALDO (org.). Valorando a natureza: Análise econômica para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Campus, 1994. 23p.
- MOTIBELLER FILHO, G. As teorias clássicas do desenvolvimento econômico examinadas sob a ótica ecológica. In: \_\_\_\_\_. O mito do desenvolvimento sustentável. Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Santa Catarina: Editora da UFSC. 2001, 306p.
- MOURA, L. A. A. Economia Ambiental: Gestão de Custos e Investimentos. 2.ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003. 1-195p.
- MOYSES, A., SILVA, E. R. Ocupação e Urbanização dos Cerrados do Centro-Oeste e a formação de uma rede urbana concentrada e desigual. Trabalho em Grupo apresentado em Seminário da Disciplina Política Econômica e Desenvolvimento Urbano do Centro-Oeste. São Paulo: Instituto de Econômica da UNICAMP. 2002.
- MYRDAL, G. Institucional economics. Journal of Economic Issues, v. 12, 1978.
- PEARCE, D. and ATKINSON, G. 1991. Are national economies sustainable? Measuring sustainable development –Centre for Social and Economic Research: 1-23.
- REIS, Mauricio. J. L. ISSO 14000. Gerenciamento Ambiental. Rio de Janeiro: Quallymark, 1995. 56p.
- RIEDEL, M., BARBOSA, M. Turismo Rural Tendências e Sustentabilidade. São Paulo: Edumisc, 2003. 240p.
- ROMEIRO, A. R, et al. Economia do Meio Ambiente: teorias, políticas e a gestão dos espaços regionais. São Paulo: Unicamp, 1996. 1-22p.
- ROMEIRO, A. R. Economia ou economia política da sustentabilidade? Unicamp, Campinas, n. 102, set. 2001.
- SILVA, O. F.. Direito Ambiental e Ecologia. São Paulo: Manole, 1999. 152 p.
- SOARES, G. F. S. A Proteção Internacional do Meio Ambiente. São Paulo: Manole, 2002. 24p.
- SPAREMBERGER, R.F.L. AUGUSTIN, S. Direito Ambiental e Bioética. São Paulo: Educ, 1998. 197 p.
- TRAPPMAIR, H. Metodologias Simples Para Pesquisar O Meio Ambiente. Rio Claro, 1998. 45p.